

A CONCLUSÃO QUE HABILITA UM COMEÇO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRANSFERÊNCIA E DO FIM DE ANÁLISE

*Camila Quinteiro Kushnir**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar o tema da transferência e sua estrutura sob a forma de sujeito suposto saber, tal como teorizado por Lacan, em articulação com o fim de análise. O interesse pelo tema surge pelo destaque que Freud e, posteriormente, Lacan conferem à transferência como conceito fundamental. Segundo os autores, somente a partir da instauração da transferência a interpretação analítica poderia se realizar, acarretando certas mudanças subjetivas. No término de uma análise dita bem-sucedida, segundo Freud, quando analista e analisando deixam de se encontrar, a aposta é que os sintomas não retornem e o sofrimento causado por eles tenha se dissipado. Ademais, Lacan, com as noções de Outro, sujeito e saber, trabalha a estrutura da transferência a partir de uma suposição de saber sustentada pelo analista, na medida em que ele atua desde o campo do Outro. Para o francês, é a incompletude desse campo, denominada de castração, que será verificada em uma análise, sendo ao final desta que o analisando poderá ter notícias dos efeitos da falta estrutural da linguagem em sua vida. Se cabe ao analista ser o suporte do sujeito suposto saber, ao passar pelo seu próprio processo de análise ele torna-se advertido de que não há sujeito que detenha um saber, nem mesmo um Outro onisciente em que o saber esteja assegurado. Assim, para que o saber que conduzirá à verdade do sujeito possa se produzir nas análises que ele dirige, faz-se necessário que o analista não recue de seu ato. Ao final dessa operação, o analista torna-se remanescente, já que dele não é mais requerido um saber.

Palavras-chave: Transferência; Fim de análise; Outro; Sujeito; Saber.

*Psicanalista. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Graduada no Curso de Especialização em Clínica Psicanalítica pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Mestre e doutoranda no curso de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

THE CONCLUSION THAT ENABLES A BEGINNING: CONSIDERATIONS ABOUT TRANSFERENCE AND THE END OF ANALYSIS

ABSTRACT

This article aims to address the theme of transference and its structure under the form of the subject supposed to know, as theorized by Lacan, in articulation with the end of analysis. The interest in the theme arises from the emphasis that Freud and, later, Lacan give to transference as a fundamental concept. According to the authors, only after the establishment of the transference could the analytical interpretation take place, bringing about certain subjective changes. At the end of a so-called successful analysis, according to Freud, when analyst and analysand no longer meet, the bet is that the symptoms do not return, and the suffering caused by them has dissipated. Moreover, Lacan, with the notions of Other, subject and knowledge, works on the structure of transference from an assumption of knowledge sustained by the analyst, insofar as he acts from the field of the Other. For the Frenchman, it is the incompleteness of this field, called castration, that will be verified in an analysis, and it is at the end of this analysis that the one being analyzed will be able to have news of the effects of the structural lack of language in his life. If it is up to the analyst to be the support of the subject supposed to know, when going through his own process of analysis, he becomes aware that there is no subject that holds some knowledge, not even an omniscient Other where knowledge is assured. Thus, in order for the knowledge, that will lead to the subject's truth, to be produced in the analyses he conducts, it is necessary that the analyst does not step back from his act. At the end of this operation, the analyst becomes a remnant since knowledge is no longer required of him.

Keywords: Transference; End of analysis; Other; Subject; Knowledge.

LA CONCLUSIÓN QUE PERMITE UN COMIENZO: CONSIDERACIONES SOBRE LA TRANSFERENCIA Y EL FIN DEL ANÁLISIS

RESUMEN

Este artículo pretende abordar el tema de la transferencia y su estructura en la forma del sujeto supuesto saber, tal como lo teoriza Lacan, en articulación con el fin del análisis. El interés del tema surge del énfasis que Freud y, posteriormente, Lacan confieren a la transferencia como concepto fundamental. Según los autores, sólo a partir del establecimiento de la transferencia podría tener lugar la interpretación analítica, que provocaría ciertos cambios subjetivos. Al final de un análisis dito exitoso, según Freud, cuando analista y analizando dejan de

encontrarse, se apuesta a que los síntomas no vuelven y el sufrimiento causado por ellos se ha disipado. Además, Lacan, con las nociones de Otro, sujeto y saber, trabaja la estructura de la transferencia a partir de un supuesto saber sostenido por el analista, en la medida en que él actúa desde el campo del Otro. Para el francés, es el carácter incompleto de este campo, llamado castración, lo que se verificará en un análisis, y es al final de este análisis que el analizado puede tener noticias de los efectos de la falta estructural del lenguaje en su vida. Si al analista le corresponde ser el soporte del sujeto supuesto saber, al pasar por su propio proceso de análisis se advierte que no hay ningún sujeto que posea un saber, ni siquiera un Otro omnisciente donde el saber esté asegurado. Así, para que el saber que conducirá a la verdad del sujeto se produzca en los análisis que el analista realiza, es necesario que él no se retraiga de su acto. Al final de esta operación, el analista se convierte en un remanente, ya que de él no se requiere más ningún saber.

Palabras clave: Transferencia; Fin de análisis; Otro; Sujeto; Saber.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar algumas considerações no que tange ao tema da transferência em articulação com o fim de análise. Em relação à transferência, tanto Freud quanto Lacan ressaltaram sua importância no tratamento, sendo considerada um conceito fundamental. Em 1910, Freud afirmou que o analista precisaria esperar a instalação da transferência para passar às interpretações. Caso contrário, poderia provocar uma resistência, dificultando o progresso ou mesmo gerando o abandono da análise.

Se a transferência permitiria a ação do analista, ao fim de uma análise ela teria que ser dissolvida para que o analisando não permanecesse enredado na relação com seu analista. De fato, no texto *Análise Terminável e Interminável*, o mais expressivo sobre o tema, Freud (1937/1996i) declarou que uma análise se encerra quando analista e analisando deixam de se encontrar. Isso se deve à extinção do sofrimento apresentado de início, à superação de angústias e inibições, e, ainda, quando o analista julgasse ter trabalhado material recalcado o suficiente para não temer o retorno do processo patológico. Caso esse objetivo não fosse alcançado, a análise ficaria inacabada. Já Lacan (1960-1961/1992), retornando a Freud, aponta que o término de uma análise denota uma falta relativa à castração, à impossibilidade do encontro com um objeto capaz de completude.

Dessa forma, reconhece-se a pertinência de um trabalho que possa circunscrever o tema do fim de análise articulado ao conceito de transferência, visto que, em ambas as teorias mencionadas, este fim depende de um início, e este início, por sua vez, depende do estabelecimento da transferência. Ademais, faz-se necessário também examinar o processo de análise pessoal como condição de existência da própria psicanálise, já que é através deste processo, sem esquecer também do estudo teórico e da supervisão, que se forma um analista.

O CONCEITO DE TRANSFERÊNCIA E O FIM DE ANÁLISE NA TEORIA FREUDIANA

Com o abandono da hipnose e o estabelecimento da associação livre, tornou-se viável a investigação das causas do sintoma e de sua raiz inconsciente. Contudo, Freud (1912/1996d) percebeu que, ao seguir o caminho percorrido pelo complexo patogênico, o analista ingressa em uma região de resistência, o que se faria notar pelas interrupções na fala dos pacientes. Ele constata, então, que nesse momento surge um fenômeno, chamado de transferência, por meio do deslocamento para a figura do analista de algo que se associa ao material recalado. A ideia transferencial penetra na consciência destacando-se de qualquer outra associação possível, servindo, assim, de obstáculo à expressão do recalado. Enquanto o interesse se volta para a relação com o analista, o recordar fica em suspensão.

Foi, desse modo, pelo mecanismo da resistência que Freud (1905/1996b) descobriu a transferência, definindo-a como uma reedição de moções e fantasias que no decurso da análise tornam-se conscientes, tendo como aspecto principal a substituição de uma pessoa anterior pela do médico. As experiências psíquicas passam a ser revividas não enquanto remetidas ao passado, mas fazendo parte da situação presente. Esse deslocamento de investimento libidinal de imagens importantes da história do paciente para o analista passa a ter um lugar de destaque no método. A cordialidade do analista funciona como um substituto do amor, o que acarreta a cooperação do analisando na elucidação das cadeias associativas. Contudo, com o andar do tratamento estabelece-se

um paradoxo: a transferência que facilita a expressão do recalçado que se interpõe à fala intencional passa a servir como resistência.

Para Freud (1912/1996d), essa contradição não poderia ser resolvida se pensássemos apenas no sentido geral da transferência. Era necessário distingui-la em dois tipos: a positiva, relacionada aos sentimentos amistosos desenvolvidos na situação analítica; e a negativa, referente à hostilidade que se apresenta como obstáculo ao livre associar. Mas não apenas isso. Além da amorosidade externada por alguns pacientes, Freud se deparou com certos prolongamentos desses sentimentos intensificados, o que gerava, assim como a transferência negativa, dificuldades no progresso da análise. Haveria, portanto, uma luta que deveria ser travada entre analista e analisando em transferência. Nesse campo, a vitória a ser conquistada diria respeito à cura permanente da neurose, sendo parte do trabalho analítico o manejo dos fenômenos transferenciais, já que eles viabilizariam a manifestação do inconsciente.

Dessa forma, “uma análise sem transferência é uma impossibilidade” (Freud, 1925/1996h, p. 56). Freud adverte que o fenômeno transferencial é uma condição necessária à interpretação. Somente após seu estabelecimento seria possível comunicar ao paciente o significado oculto nas associações, permanecendo como primeiro objetivo do tratamento vincular o analisando à pessoa do analista. Para isso nada mais que tempo, já que a transferência seria própria à neurose, surgindo espontaneamente nas relações humanas. Se o neurótico é capaz de investir libidinalmente os objetos, disso furta-se o analista para conseguir operar sobre a fala (Freud, 1910/1996c).

[O paciente] deve ter formado uma ligação suficiente (transferência) com o médico para que seu relacionamento emocional com este torne uma nova fuga impossível (...). A intervenção, portanto, requer de maneira absoluta um período bastante longo de contacto com o paciente. As tentativas de surpreendê-lo na primeira consulta, inopinadamente lhe contando os segredos que foram descobertos pelo médico, são tecnicamente inadmissíveis. E elas, as mais das vezes, trazem sua própria punição por produzirem uma franca inimizade pelo médico da parte do paciente, e por impedi-lo de ter qualquer influência ulterior (Freud, 1910/1996c, p. 211).

Sem o estabelecimento da transferência, as intervenções, além de infrutíferas, poderiam gerar o abandono da análise. Ademais, o analista tem que estar atento a sua manifestação. Não deve mencionar o tema da transferência enquanto a associação livre estiver atuante sem qualquer entrave. Segundo Freud (1913/1996e), é preciso esperar até que a transferência tenha se tornado uma resistência para que ela possa ser superada, deslocando a energia utilizada pelas defesas para o progresso da análise. Nesse sentido, é exemplar o conhecido caso Dora, que suscitou a elaboração do conceito de transferência. Desde o início, Freud (1905/1996b) observou que na fantasia da jovem ele substituíu seu pai, já que ela mesmo chegou a compará-los diretamente. Todavia, ele não esteve atento ao que aflorava após o relato de seu primeiro sonho, pelo qual ela alertou que iria abandonar a casa do Sr. K. Para Freud, esse era um indício de sua intenção de abandonar o próprio tratamento, configurando-se como um erro técnico não lhe comunicar da transferência que ali surgia. Acreditava que algo nele a fez lembrar do Sr. K., vingando-se do analista como queria ter feito com o homem que lhe fazia investidas amorosas. Considerou que, se tivesse trabalhado essa resistência, a atenção de Dora teria se dirigido para a relação analítica, produzindo novo material mnêmico importante para o caso.

Nessa medida, a transferência em psicanálise não é utilizada propriamente para remover os sintomas da doença por si mesma, como é o tratamento por sugestão. Nele, cessada a influência sugestiva, os sintomas retornam, já que sua causa permanece desconhecida. Se a transferência é o mais poderoso móvel de progresso do trabalho psicanalítico, é por ser utilizada na superação das resistências e na modificação interna do paciente. Ademais, “ao final de um tratamento analítico, a transferência deve estar, ela mesma, totalmente resolvida” (Freud, 1917/1996g, p. 529). Esse é seu destino.

Todavia, como determinar o que seria esse final? Embora alguns autores contemporâneos possam considerar, assim como Colette Soler (2014), que não há em Freud uma doutrina do fim de análise, observamos que esse é um tema recorrente em sua obra desde o princípio. Em *Estudos sobre a histeria*, por exemplo, Freud (1895/1996a) comenta que alguns sintomas que não causam prejuízos ao paciente podem persistir sem importância

após um tratamento bem-sucedido da doença. Em *Fragmento da análise de um caso de histeria* (1905/1996b), ressalta que apenas próximo ao fim da análise há a possibilidade de o analista vislumbrar a história recordada pelo paciente de modo inteligível e sem lacunas. Na *Conferência XXVII sobre a Transferência*, Freud (1917/1996f) adverte ainda que o analisando deveria adiar decisões importantes até o término do tratamento.

Contudo, o texto mais expressivo sobre o assunto data do final de sua obra. Traduzido como *Análise Terminável e Interminável*, nele Freud (1937/1996i) discute mais detidamente a duração de uma análise, seus limites, o que caracterizaria seu desfecho, e se este seria definitivo ou não. Tendo em vista as questões levantadas, e como foram trabalhadas ao longo deste e de outros textos, percebemos que investigar a problemática do fim de análise implica pensar sua finalidade. Propomos esse enlace, visto que Freud afirma em diferentes momentos que um final de tratamento bem-sucedido equivale à cura da neurose, sendo este o objetivo da psicanálise. Dessa maneira, torna-se fundamental examinar a concepção freudiana de cura e como ela seria obtida. Quanto a isso, acreditamos ser importante assinalar o fato de que Freud ao longo de seus desdobramentos concede destaque ao Eu como instância essencial no processo de cura. Que essa relevância possa ser criticada, isso não será objeto de nossa atenção neste momento.

Em 1917, na *Conferência XXVIII* intitulada *Terapia Analítica*, ele expõe o que desenvolveu sobre a noção de cura a partir da teoria da libido. De início, a libido é mobilizada e deslocada dos sintomas para a relação com o analista. Esses sintomas ganham um novo significado e a neurose comum é substituída por uma neurose artificial, de transferência, acessível à intervenção e da qual o analisando poderá ser curado. Ele se torna capaz de reconhecer que aquilo que parece atual é, na verdade, uma reprodução do que foi recalcado. A libido passa a ser desinvestida do objeto temporário representado pelo analista, ficando à disposição do Eu. Se ela não regressa ao inconsciente reinvestindo objetos anteriores, é porque mediante o trabalho de interpretação há uma mudança no Eu que se amplia pela transformação do inconsciente em consciente. Vale lembrar que o Eu se configura como a instância conciliadora entre as exigências das realidades externa e interna. Quanto mais próximo desse ideal de cura, segundo Freud, maior seria o êxito do tratamento.

Logo, ao final de uma análise não se espera “dissipar todas as peculiaridades do caráter humano em benefício de uma ‘normalidade’ esquemática, nem tampouco exigir que a pessoa que foi ‘completamente analisada’ não sinta paixões nem desenvolva conflitos internos” (Freud, 1937/1996i, p. 284). O sucesso do tratamento depende das mudanças alcançadas mediante as melhores condições possíveis proporcionadas às funções do Eu, de modo que, quando analista e analisando deixam de se encontrar, os sintomas não retornem e o sofrimento causado por eles tenha se dissipado.

Freud chega a afirmar que

somente quando um caso é predominantemente traumático é que a análise alcançará sucesso (...). Só em tais casos pode-se falar de uma análise que foi definitivamente terminada. Neles, a análise fez tudo o que deveria e não precisa ser continuada (Freud, 1937/1996i, p. 252).

A etiologia do tipo traumático englobaria os efeitos de traumas precoces que o Eu ainda imaturo não foi capaz de gerir. É um fator acidental que, junto ao constitucional, relativo às pulsões, corresponde à neurose enquanto uma etiologia mista. Quanto mais forte tenha sido o trauma, mais manifestos serão seus efeitos negativos e, portanto, mais sujeito ao tratamento. Contudo, se uma análise é completamente finalizada, não é possível dizer se a imunidade nesses casos se deve ao sucesso da análise ou às poucas provações do destino.

De fato, as incertezas sobre uma cura definitiva e um fim absoluto de análise restaram como interrogações ao pai da psicanálise: “tem-se de admitir que nosso conhecimento desses assuntos ainda é insuficiente. Só agora eles se estão tornando matéria de estudo analítico” (Freud, 1937/1996i, p. 252). Os mais desconfiados diziam que mesmo um tratamento exitoso não protegeria contra uma nova neurose, ou mesmo uma neurose derivada da anteriormente tratada. Já os confiantes sustentavam o contrário, com conclusões nada óbvias, segundo o próprio Freud. Para eles, seria possível livrar-se de um conflito psíquico permanentemente e impedir que qualquer outro fosse formado. Além disso, uma análise seria capaz, como uma profilaxia, de despertar um conflito que não estivesse gerando sintomas de modo a também tratá-lo. Nesse contexto, Freud foi cauteloso em não

tomar partido, deixando para a posteridade o encargo de fundamentar os argumentos que sustentam cada posição. Entre pessimistas e otimistas, algo é certo: se Freud manteve aberta a questão sobre a finitude, não o fez no tocante à finalidade de uma análise.

O SUJEITO SUPOSTO SABER E O OUTRO

Lacan também se ocupou do tema da transferência ao longo de seu ensino. Em seu primeiro Seminário, dedicado aos escritos técnicos de Freud (Lacan, 1953-1954/1985), afirmou que o pai da psicanálise teria identificado que o encontro entre analista e analisando não configura uma relação dual, pois implica sempre um terceiro que, neste momento, Lacan diz ser a palavra (*parole*, em francês). De fato, Freud (1905/1996b) salientou que “as palavras são o mediador mais importante da influência que um homem pretende exercer sobre o outro; as palavras são um bom meio de provocar modificações anímicas naquele a quem são dirigidas” (p. 276). Para Lacan (1953-1954/1985), “a transferência eficaz de que se trata é simplesmente o ato da palavra. Cada vez que um homem fala a outro de maneira autêntica e plena, há, no sentido próprio, transferência, transferência simbólica” (p. 130). O simbólico refere-se à linguagem, campo habitado pelo homem e no qual se desenvolve o fenômeno da fala.

Haveria, também, segundo Lacan, um plano imaginário da transferência remetido às dificuldades encontradas desde Freud como resistências. No início da análise estabelece-se um jogo especular pelo qual o analisando espera receber do analista o necessário para sentir-se completo e amado, o que lhe propicia se sustentar em uma relação satisfatória em nível do amor. Desde sempre, a transferência esteve ligada muito estreitamente à elaboração analítica da noção de amor. Estes não são, contudo, o mesmo fenômeno. “A distinção é absolutamente essencial, e nos permite conceber o que se passa na análise no plano imaginário, e que se chama transferência. Para apreendê-lo, (...) é preciso compreender o que é o amor (...)” (Lacan, 1953-1954/1985, p. 166). Enquanto a transferência tem um caráter absolutamente universal, verdadeiramente automático, desenvolvendo-se na medida em que existe a insistência própria à cadeia simbólica (Lacan, 1956-1957/1995), o surgimento do

amor depende de certas condições. É no Seminário sobre a transferência que Lacan (1960-1961/1992) dedica-se mais detidamente à relação entre a transferência e o amor:

O que pode estar em causa no fundo da relação analítica, entendendo partir do extremo, do que é suposto pelo fato de que alguém se isole com um outro para lhe ensinar o quê? - aquilo que lhe falta. Situação ainda mais temível se imaginamos, justamente, que, devido à natureza da transferência, o que lhe falta, ele vai aprender amando (...). Não estou ali, afinal de contas, para o seu bem, mas para que ele ame. Isso quer dizer que devo ensiná-lo a amar? (...) Quanto ao que é amar e saber o que é amar, devo ao menos, como Sócrates, poder dar testemunho de que sei algo sobre isso (p. 26).

Ele refere-se aqui ao texto *O Banquete*, de Platão (380 a.C./2011), diálogo no qual se apresenta ao longo de uma festa uma série de discursos sobre a natureza e a qualidade do amor. Lacan destaca o que se estabelece quando da entrada em cena do personagem Alcibiades. Ele surge inesperadamente na celebração pedindo a palavra. Passa, então, a ressaltar as qualidades de Sócrates. Como era sabido por todos os presentes, ele fora o grande amor de Sócrates quando jovem e mostrava-se enciumado ao ver seu antigo amante tendo apreço por outro. Ele compara Sócrates a um sileno, tipo de escultura que guarda em seu interior o *agalma*, objeto precioso. “(...) dás-me a impressão de que tens acanhamento de declarar-te (...). Nada para mim é tão importante como cuidar, com o maior empenho, do meu aperfeiçoamento, sendo certo que nesse particular ninguém me poderá ser mais útil que tu” (Platão, 380 a.C./2011, p. 189).

Alcibiades pede que Sócrates declare-se a ele. Contudo, Lacan (1960-1961/1992) assinala que ele já sabe ter capturado o desejo de Sócrates. Por que, então, precisava de um sinal? Se esse desejo era conhecido e confessado, a que serviam em meio ao diálogo essas manobras de sedução? Isso nos é revelado por Sócrates. Ele recusa-se a entrar no jogo do amor por saber o que está em questão. É por saber que ele não ama. O que ele rejeita é algo que assume outro sentido na metáfora do amor. Essa metáfora não se produz, pois ele recusa passar de amado a amante, por entender que não há nada de amável nele, isto é, ele não pode ser amado, pois não tem o que dar. Se o que subsiste é uma falta, a quem se

dirige o discurso envolvente? A Agatão, o querido por Sócrates naquele momento. Ao ter suas investidas fracassadas, Alcibíades alerta Agatão de que ele também acabará rechaçado por Sócrates. Ademais, Lacan atenta para o fato de que, se Sócrates escolheu Agatão, é porque este teria algo a dar e era isto que Alcibíades buscava conquistar com seu discurso. Não o que estaria em Sócrates, mas sim em Agatão. Nesse sentido, evidenciava-se em Alcibíades uma falta que ele tentava completar.

O amor pensado desta maneira que nos propõe Lacan implica um certo impasse: o amante busca algo que lhe falta sem saber precisar o que é, sendo atraído por um objeto precioso que julga escondido no amado sem que mesmo este saiba o que tem. Contudo, o que falta a um não existe no outro. Como veremos mais à frente, esta não complementariedade aponta para a dimensão do saber, sendo a partir dela que Lacan trabalhará o conceito de transferência dita simbólica. Nessa perspectiva, a intervenção de Sócrates poderia ser comparada a de um analista, já que, sem se desviar do apelo feito a ele por Alcibíades, apontou que o desejo em questão estava para além de si. Era ele quem sabia a que se referia este apelo, e não Alcibíades.

Se na transferência o que está em jogo é o desejo, é porque ela, assim como o amor, depende de ao menos três elementos, comparecendo na relação entre analista e analisando a dimensão do Outro. No ensino lacanian, o Outro definido como campo da linguagem foi ganhando cada vez mais destaque. Grande parte dos conceitos encontra-se remetido a ele. Como exemplos, Lacan define o inconsciente como discurso do Outro; o desejo como desejo do Outro; a pulsão como a relação do sujeito dividido com a demanda do Outro; e o sintoma como significado do Outro. Em *Meu Ensino* (1967/2006), Lacan enfatiza que a noção de Outro depende de uma admissão formal e topológica, isto é, da circunscrição de uma teoria que trabalha com a topologia, área da matemática que estuda as propriedades preservadas em deformações e torções de objetos através de superfícies ou espaços abstratos. No texto *O aturdido*, ele ressaltou: “A topologia não foi ‘feita para nos guiar’ na estrutura. Ela é a estrutura – como retroação da ordem de cadeia em que consiste a linguagem” (Lacan, 1973/2003, p. 485). Lacan proporrá que a linguagem enquanto estrutura, pensada de certa maneira, refere-se a uma geometria que lhe é própria.

A topologia apresentou para Lacan a possibilidade de uma subversão: o que consideramos como o mais evidente, o mais sólido, nossa percepção das formas e nossa relação sensível com o corpo seria marcado por certa inconsistência. Lacan recorre a ela visando ocupar-se dos impasses do senso comum e da intuição próprios ao nosso pensamento. Ele introduz, assim, uma crítica ao nosso modo cotidiano de lidar com a realidade através da linguagem, uma vez que julga encontrar aí os limites da geometria euclidiana. Tendo em vista esta torção, caberia entender que o campo do Outro não poderia ser encontrado em nenhum corpo, embora, em alguns momentos de seu ensino, Lacan refira-se ao Outro representado por figuras como mãe, mulher, pai. O radical de sua proposta, entretanto, não é que esse Outro possa ser representado, mas sim encarnado na fala. Há, inclusive, um famoso neologismo lacaniano referente a essa materialidade específica da linguagem: *motérialisme* (Lacan, 1975).

Cabe ressaltar que tanto a topologia como a psicanálise só puderam constituir-se em razão das condições estabelecidas pelos efeitos da revolução científica. “O fato de a psicanálise haver nascido da ciência é patente. Que pudesse ter surgido de outro campo, é inconcebível” (Lacan, 1966/1998, p. 232). A partir de meados do século XVII, várias mudanças passaram a ocorrer na Europa Ocidental na maneira de se pensar, analisar e representar o mundo. Os pressupostos que antes garantiam a determinação da vida foram questionados. Transformações na ordem do saber possibilitaram o advento da ciência moderna (Koyré, 1982).

O que os fundadores da ciência moderna, entre os quais Galileu, tinham de fazer não era criticar e combater certas teorias erradas, para corrigi-las ou substituí-las por outras melhores. Tinham de fazer algo inteiramente diverso. Tinham de destruir um mundo e substituí-lo por outro. Tinham de reformar a estrutura de nossa própria inteligência, reformular novamente e rever seus conceitos, encarar o Ser de uma nova maneira, elaborar um novo conceito do conhecimento, um novo conceito da ciência, e até substituir um ponto de vista bastante natural — o do senso comum — por um outro que, absolutamente, não o é (Koyré, 1982, p. 155).

Esta ciência emerge da crise de um modelo metafísico e da desconfiança da experiência como via privilegiada de acesso ao saber. Se antes havia um referente que assegurava um pensamento racional sobre

a verdade, com a modernidade não mais podemos tomá-lo como um fundamento absoluto. Um dos resultados dessa crise do lugar da verdade é a possibilidade de operacionalizar um saber por meio do que hoje conhecemos como ciência moderna.

Cabe lembrar que a teoria do significante é desenvolvida por Lacan a partir da linguística, principalmente de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson. Por definição, o significante é um objeto teórico ao qual não corresponde qualquer significado e não significa nada em si mesmo. É preciso que ele esteja em série com pelo menos mais um significante para que mediante essa articulação se produza um sentido (Lacan, 1957/1998). Em vista desse saber vinculado à ciência moderna, nos parece viável reintroduzir a pergunta pelo sentido do padecimento neurótico: qual o saber implicado no sintoma e qual sua relação com a transferência?

Como vimos anteriormente nos apontamentos realizados por Lacan com a leitura de *O Banquete* (Platão, 380 a.C./2011), quem chega a uma análise busca se livrar de um sofrimento sem saber como, mas espera consegui-lo através do analista. Este, tal como Sócrates, sabe que não está nele o que se busca. Está advertido que a demanda de análise se dirige ao Outro, ao campo da linguagem, e é desde este campo que poderá intervir. Entendemos, assim, que é por meio dessa operatória sobre o saber que Lacan propõe a noção de sujeito suposto saber como estrutura da transferência. Em 1964, ele afirmou que, se há em algum lugar um sujeito suposto saber, há também transferência. Nesse momento, considerou que, se o analisando supõe que o analista sabe algo sobre ele, a transferência estaria fundada. Diante disso, declarou que “(...) o sujeito suposto saber, na análise, é o analista” (Lacan, 1964/1988, p. 231). Todavia, alguns anos mais tarde, ao retomar essa questão, a apresentou de uma outra maneira: “O que impressiona, com efeito, nessa instituição do discurso analítico que é a mola-mestra da transferência, não é, como alguns pensaram ter escutado de mim, que o analista, seja ele colocado na função do sujeito suposto saber” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 35).

O que é demandado ao psicanalista (...), com certeza não é o que corresponde a esse sujeito suposto saber (...). Eu insisti frequentemente nisto, que nós somos supostos saber não grandes coisas. O que a análise instaura é

justamente o contrário. O analista diz àquele que está para começar – *Vamos lá, diga qualquer coisa, vai ser maravilhoso*. É ele que o analista institui como sujeito suposto saber (Lacan, 1969-1970/1992, p. 50).

Uma leitura apressada dessas colocações poderia fazer-nos presumir que a relevância na noção de sujeito suposto saber implica uma suposição feita pelo candidato a analisando de que o analista possui um saber sobre aquilo do qual ele se queixa. Supõe, portanto, um saber a um sujeito. Advertido de que não possui este saber, o analista permitiria que essa situação se mantivesse para que, por meio do trabalho com o discurso, esse saber se manifestasse por parte do analisando. Dessa maneira, o saber, mesmo que desconhecido, estaria no paciente e não no analista. Contudo, para Lacan, não se trata disso. Ao trabalhar o conceito de inconsciente, ele o define de algumas formas. No Seminário *As psicoses*, aponta que

(...) não é pura e simplesmente, como Freud sempre sublinhou, desse traço negativo de ser um *Unbewusst*, um não-consciente, que o inconsciente guarda sua eficácia. Traduzindo Freud, dizemos – o inconsciente é uma linguagem. Que ela seja articulada nem por isso implica que ela seja reconhecida (Lacan, 1955-1956/2017, p. 20).

O inconsciente é, portanto, uma linguagem articulada, embora não reconhecida. No Seminário *O saber do psicanalista*, ele complexifica a questão:

Freud explica a resistência à psicanálise através disso que é alcançado, para falar propriamente, *é essa consistência do saber que faz com que, quando sabemos alguma coisa, o mínimo que se pode dizer é que sabemos que sabemos*. Deixemos o que ele evoca a esse respeito, pois está aí o osso duro de roer, o que ele acrescenta, a saber, a garatuja em forma de Eu [Moi] que é feita ali ao redor, a saber, que *aquele que sabe que sabe sou [é] eu*. Está claro que essa referência ao Eu [Moi] *é secundária em relação a que um saber se sabe*; e a novidade é que o que a psicanálise revela é um *saber não-sabido por si mesmo* [grifo nosso] (Lacan, 1971-1972/2001, p. 17).

A ideia de que sabemos que sabemos, isto é, de que o saber é sabido por nós, pelo Eu, é para Lacan um efeito próprio à linguagem. Como efeito, ela é secundária em relação ao fato de que um saber se sabe sem que seja requerido alguém como agente desse saber. No seminário *De um Outro a outro*, ele esclarece:

Eu disse que o Outro sabe, o que é evidente, já que ele é o lugar do inconsciente. Só que ele não é um sujeito. A negação na formulação *não existe sujeito suposto saber*, se é que algum dia eu a proferi dessa forma negativa, refere-se ao sujeito, não ao saber. Isso é fácil de apreender, aliás, desde que se tenha um mínimo de experiência do inconsciente, porque esta se distingue justamente pelo fato de que, nela, não sabemos quem é que sabe (Lacan, 1968-1969/2008, p. 350).

Dessa maneira, pode-se dizer que um saber se produz a partir do campo do Outro, justamente porque ele é o lugar do inconsciente definido por Lacan enquanto discurso do Outro. Não é, então, que não exista sujeito suposto saber. O que não existe é um sujeito como detentor desse saber. Na experiência com o inconsciente, não sabemos quem sabe. Nessa medida, o sujeito do inconsciente não é o analisando que fala desde o seu inconsciente. Isso é fundamental na teoria lacaniana. O sujeito não produz a fala, mas é efeito dela. É pela articulação produzida através da intervenção do analista sobre ao menos dois significantes que aparece um sujeito.

O sujeito de que se trata não tem nada a ver com o que se chama subjetivo em sentido vago, no sentido que mescla tudo, nem tampouco com o individual. O sujeito é o que defino no sentido estrito como efeito de significante (Lacan, 1967/2006, p. 89).

O sujeito do discurso não se sabe como sujeito tomando o discurso. Que ele não saiba o que diz, ainda passa (...). Mas o que diz Freud é que ele não sabe quem o diz. O saber (...) é coisa que se diz, que é dita. Pois bem, o saber fala por conta própria – eis o inconsciente (...) (Lacan, 1969-1970/1992, p. 66).

O sujeito do discurso, portanto, desconhece-se enquanto efeito dessa articulação entre significantes. Que o analisando não saiba o que diz, isso não teria para Lacan grandes consequências. A relevância está no fato de que não se sabe quem o diz. “O saber fala por conta própria”: aí está a radicalidade do inconsciente. Nesse sentido, inverte-se o modo como comumente o sujeito suposto saber é entendido: não há um sujeito a quem se supõe um saber, mas sim um saber que se produz como uma rede articulada de significantes ao qual se supõe um sujeito. Contudo, o saber depende de algumas condições para produzir-se.

O ato psicanalítico apresenta-se como uma incitação ao saber. A regra dada ao psicanalisando implica que ele pode dizer tudo o que quiser (...). Se podemos confiar neles nessa empreitada, é, muito exatamente, por causa de algo que está aí, implícito, mesmo que eles não sejam capazes de dizê-lo: é que, digam vocês o que disserem, existe o Outro, o Outro que sabe o que isso quer dizer (Lacan, 1968-1969/2008, p. 333).

Podemos deduzir que Freud estabeleceu a regra da associação livre porque calculou que o paciente teria algo importante a dizer. Já havia aí a suposição de um saber inconsciente. Onde? Segundo Lacan, no campo do Outro. Como vimos, se o analista está advertido teoricamente desse campo, não se trata de esperar que o analisando diga qualquer coisa, mas de uma estratégia pela qual a intervenção do analista sobre a fala, seu ato, já implica a dimensão simbólica, lugar desde onde se produz o saber. Logo, o sujeito suposto saber refere-se ao método psicanalítico, à tarefa realizada pelo analista ao se pôr a escutar os analisandos, e não propriamente à crença de que o analista sabe algo. Muito menos de que o saber está no analisando.

Além disso, ao habitarmos o campo da linguagem, supomos que, ao falar, quem nos escuta está sob o mesmo referente que nós, ou seja, que entende tudo aquilo que dizemos. Acreditamos ser possível a adequação entre o que é dito e escutado, que aquilo que se ouve é exatamente o que foi falado. O mesmo ocorre em uma análise. O analisando crê que será compreendido pelo analista, que o sentido do que diz está assegurado. Todavia, o analista está advertido pela estrutura do sujeito suposto saber que a possibilidade de correspondência entre o que é dito e escutado supõe uma espécie de relação entre sujeito, Outro e saber. A maneira pela qual Lacan introduz a topologia nada mais é do que a colocação em evidência dessa estrutura. Isso faz também com que se reconheça um limite à teoria do significante, o que é proposto por Lacan como uma barra no Outro. A lição da ciência moderna é bem clara: não há um Outro absoluto que garanta a consistência do referente. Dessa forma, a linguagem, tal como concebida pelo psicanalista, encontra-se marcada por uma falta. Lacan resume esta estrutura em um famoso aforismo: “que se diga fica esquecido por trás do que se diz em o que se ouve” (Lacan, 1973/2003, p. 448). Com efeito, essa espécie de impasse estrutural revela

que o sentido do que se diz depende do Outro, isto é, as coisas não significam nada por si mesmas. Apenas temos notícias do que falamos se isso nos retorna como mensagem invertida desde esse campo. O ato analítico implica, nessa medida, uma aposta de que o analisando possa ter uma outra relação com a linguagem.

Podemos conceber, assim, de acordo com Lacan (1965-1966), que a neurose testemunha o problema da verdade, já que com o surgimento da modernidade não há mais uma garantia antes encontrada nas determinações sociais, na tradição e na natureza. Em última instância, no Outro. Com a queda dos pressupostos assegurados pela experiência ou por Deus, o que surge é a concepção de que se deve saber por si mesmo o que fazer. Contudo, com Lacan, evidencia-se a impossibilidade da produção de um saber realizada de forma autônoma pelo analisando. Se o método psicanalítico implica um saber, este será resultado de um processo que envolve tanto o analista quanto o analisando, uma vez que esta construção depende inteiramente do que retorna do Outro. Nessa medida, podemos entender o sofrimento neurótico como a impossibilidade de resolver os problemas, tendo por base um modelo moderno individualista. Em razão disso, uma análise decorreria da constituição de um espaço onde a ênfase estará na relação do sujeito com o Outro, e não no indivíduo.

Uma fala é matriz da parte não reconhecida do sujeito, e eis aí o nível próprio do sintoma analítico – nível descentrado com relação à experiência individual, visto ser aquele do texto histórico que a integra. Fica, a partir de então, patente que o sintoma só cederá com uma intervenção que incida neste nível descentrado. Fracassará toda intervenção que se inspire numa reconstituição pré-fabricada, forjada a partir de nossa idéia sobre o desenvolvimento normal do indivíduo, e visando à sua normalização (...). Trata-se de saber se o sintoma se resolve num registro ou no outro, não há meio termo (Lacan, 1954-1955/2017, p. 61).

Em suma, há uma suposição de saber que é condição para uma análise, sendo sustentada pelo analista na medida em que ele atua desde o campo do Outro. Vale lembrar que o ensino de Lacan não se propõe como uma negação do saber ou do Outro, mas trata de colocar o acento na incompletude desse campo. É por esse viés que Lacan retoma a noção de castração da teoria freudiana, fazendo-a incidir sobre esse Outro. É

dessa falta estrutural da linguagem que o analisando poderá ter notícias ao final de uma análise.

CASTRAÇÃO E O ADVENTO DE UM ANALISTA COMO RESTO DE UMA OPERAÇÃO SOBRE O DISCURSO

Em 1954, no Seminário *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1953-1954/1985) comenta sobre a possibilidade de abordar o fim de análise a partir do estudo da transferência. Se a transferência é condição para uma análise, estabelecendo-se em seu início, podemos conceber a estreita ligação entre o começo e o final de um processo analítico, o que ainda discutiremos mais à frente. De acordo com Miller (1995),

a entrada em análise não se articula sem a conclusão da cura, e a conclusão da cura, sem a entrada em análise. Sem dúvida, na teoria psicanalítica, sabemos mais sobre a entrada do que sobre a conclusão. E, além do mais, parece que há mais gente que entra em análise do que sai. Que acontece com elas? Desaparecem do processo analítico? (...). Na verdade, há muitas maneiras de sair da análise. Pode-se sair da análise por cansaço... por asco... por desespero. Pode-se sair da análise frente à falta de êxito, de resultado terapêutico. Pode-se, ao contrário, sair da análise por razão de um êxito terapêutico, pela cura do sintoma. Mas, as saídas verdadeiras, mais precisamente o que chamamos conclusões da cura, não são tão numerosas. E o próprio conceito de fim de análise como conclusão da cura é um conceito novo, problemático (p. 27).

Tal como apresentamos previamente com a teoria freudiana, Miller também ressalta a relação entre um término bem-sucedido de análise e o alcance da cura dos sintomas. Porém, essa “saída verdadeira” de uma análise não seria, segundo ele, tão frequente, o que torna a questão complexa e passível, portanto, de maiores elaborações. Ao ocupar-se do final de análise, Lacan trabalhará a castração como uma falta fundamental que nenhum objeto é capaz de tamponar. Podemos conceber que em sua teoria há uma ênfase no fato desta falta encontrar-se referida à linguagem, isto é, a uma constante da própria articulação simbólica que Lacan designa como falo (-φ). Todo e qualquer objeto de desejo terá, então, lugar como substituto desse (-φ). Como vimos previamente, através do nosso modo comum de pensar, acreditamos na existência de um referente

único que sustenta não apenas a correlação entre o que dizemos e o que queremos dizer, como também a compreensão entre o que é dito e escutado. Consideramos, assim, que o sentido do que se diz está nas palavras mesmas.

O analista, contudo, orientado pela teoria do significante, está precavido de que o sentido do que se diz é produzido em conjunto, isto é, depende do que retorna do campo do Outro, lugar desde onde opera o analista. A psicanálise lacaniana se assenta sobre essa simples, ainda que contraintuitiva, teoria da linguagem, fazendo dela sua pedra angular. O que se quis dizer está no ouvido de quem escuta. Ou ainda, na reação que se desprende de como se foi compreendido, e do que se faz com isso no final de um percurso de análise. Logo, podemos entender esse inconsciente que determina a cada um de nós como o discurso sobre a falha do Outro. Ele representa a insuficiência da ordem simbólica e da autoridade como o que instaura a lei que institui o desejo. Nesse sentido, a angústia neurótica advém quando o desejo se particulariza, entrando em conflito com o desejo dos outros, ou quando o entorno não garante condições para que esse desejo se realize. Dessa forma, torna-se admissível que não há ação que não envolva o desejo do Outro. A rigor, para a teoria lacaniana, o sujeito, descentrado da noção de indivíduo, é o resíduo de um desejo que se imiscui no Outro.

Lacan (1964/1988) enuncia, então, que “o desejo do homem é o desejo do Outro (...). A experiência analítica nos mostra que é de ver funcionar toda uma cadeia no nível do desejo do Outro que o desejo do sujeito se constitui” (p. 223). Com isso, podemos interrogar qual é a relação entre esse desejo e a castração que se avistaria ao fim de uma análise.

Aquilo diante de que o neurótico recua não é a castração, é fazer de sua castração o que falta ao Outro (...). Isso ele só pode assegurar por meio de um significante, e esse significante falta, forçosamente. Nesse lugar de falta, o sujeito é chamado a dar o troco através de um signo, o de sua própria castração. Dedicar sua castração à garantia do Outro, é diante disso que o neurótico se detém. Ele se detém aí por uma razão como que interna à análise, e que decorre de que é a análise que o leva a esse encontro (Lacan, 1962-1963/2005, p. 56).

O sujeito enquanto um efeito de fala não se confunde com o Eu que se produz a partir das identificações. Lacan evidenciará que, se falta um significante que possa vir a significar o sujeito, ele pode ser concebido como falta-a-ser (*manque-à-être*, em francês). O neurótico, assim, é aquele que se detém em fazer dessa falta signo, representando algo para o Outro. A tentativa está em recobrir uma falta, buscando garantir a completude do campo simbólico. Todavia, como tratamos anteriormente, a falta no Outro estabelece-se pela própria estrutura da linguagem, o que Lacan (1966-1967/2008) designou como significante do Outro barrado [S(A)]. Se o sintoma neurótico revela o esforço incessante de responder à demanda do Outro, ao analista “está confiada a operação de uma conversão ética radical, aquela que introduz o sujeito na ordem do desejo” (Lacan, 1964-1965/2006, p. 325).

Nessa medida, o sujeito enquanto falta-a-ser é o que surge como efeito da operatória sobre a demanda, isto é, visando responder à falta no Outro, o sujeito advém na condição de objeto. Essa é a lógica da pergunta “Que queres?”, trabalhada por Lacan (1960/1998) com o grafo do desejo. É como objeto que o sujeito poderá se realizar, sendo no caso a caso que o analista deverá atuar concebendo o sujeito como uma falta-a-ser (\$) que se articula à condição de objeto (a). Nesta operação revela-se o que Lacan (1960/1998) escreveu como o matema da fantasia (\$\\$a). Ela é o modo como se organiza absolutamente toda a realidade a partir do significante. A aposta de uma análise é que se possa modificar a posição de objeto, fazendo com que a fantasia apareça como deciframento, algo não necessário, da qual se possa prescindir.

Um analisando pode considerar, por exemplo, que, se seu pai não foi um bom pai, é porque ele não conseguiu ser um filho que lhe desse orgulho. Escapou-lhe o que pudesse assegurar um certo ideal de pai. Entretanto, o fato de esse pai não ter sido um bom pai não está referido necessariamente ao que o analisando fez ou deixou de fazer. É para isto que o analista apontará: a dimensão contingente da fantasia. Trabalhá-la em uma análise não equivale, todavia, a liquidá-la para viver sem ela. Isso seria descabido. Uma análise consiste em investigar como organiza-se a fantasia em cada caso e sua relação com os sintomas apresentados, visando, a partir de uma nova configuração, que o analisando possa deixar

de sofrer. Isso ocorre através de uma operação lógica sobre o discurso – lembrando que é disso que se trata quando Lacan apresenta, em seu seminário entre 1966 e 1967, a lógica da fantasia.

Ademais, como dito acima, a operação analítica introduz o sujeito na ordem do desejo, sendo que “o desejo é regulado pela fantasia” (Lacan, 1964-1965/2006, p. 831). Nesse sentido, o desejo implica que se possa fazer algo com a falta em relação à falta do Outro. É por isso que Lacan dirá que o desejo do sujeito é desejo do Outro. Isso não equivale a desejar como o Outro deseja, mas sim que, quando esse desejo se produz, ele já está no campo do Outro. Ele nos vem de fora. Advém daí o fator surpresa causado em uma análise por um lapso ou um ato falho. A estranheza está no fato de que isso parece ter sido dito independentemente de nós, de nossa vontade. Em suma, a verdade sobre o desejo de alguém lhe retorna sempre de maneira invertida, ou seja, é com o que vem do Outro que cada um pode determinar seu lugar. Apenas depois desse funcionamento desdobrar-se em sua inteireza em uma análise que se pode identificar o lugar do desejo, bem como seus efeitos. Ademais, é impossível, pelo modo como se estrutura a linguagem, fazer um ponto concêntrico com aquilo que se deseja enquanto Eu.

Em vista disso, podemos afirmar que, ao passar por uma experiência de análise, a dimensão do ser encontra-se interpelada. As coisas “são” pela suposição de que há nelas uma consistência que independe do que se diz. É, contudo, à medida que falamos que se produz uma certa estagnação no modo como estão organizados os elementos da fala, estabelecendo-se uma relação necessária entre eles, tendo como efeito a certeza relativa à ordem do ser. Essa relação decorre de nossa condição de falantes. Não cabe considerar, portanto, que após uma análise isso não ocorrerá. Contudo, o analisando passaria a estar advertido sobre o funcionamento da linguagem, isto é, o que afirmamos enquanto ser depende da forma como articula-se a fala a partir dos significantes. Se esta articulação se modifica, o que se produz a partir daí talvez possa gerar menos sofrimento. Com isso, a própria relação com o saber é transformada. Se o analisando esperava ao início da análise conseguir algum tipo de asseguramento que o retirasse do estado de infelicidade, o que encontra é a possibilidade de produzir uma verdade.

“A produção do saber como saber distingue-se por ser um meio de produção, e não apenas de trabalho, da verdade” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 335). Nesse sentido,

o psicanalista (...) é aquele que realmente se descobre encarregado de ser o suporte do *sujeito suposto saber*. Eu também lhes disse, e em todos os tons, que o problema de nossa época, da atual conjuntura da psicanálise, só pode ser tomado como um dos sintomas de que esse sujeito suposto saber certamente não existe. Com efeito, nada indica que o Outro, esse lugar único em que o saber se conjugaria, seja Um, que ele não seja, como é o sujeito, unicamente expressável pelo significante de uma topologia particular (...). O psicanalista, portanto, induz o sujeito - o neurótico, no caso - a enveredar pelo caminho em que ele o convida a encontrar um sujeito suposto saber, na medida em que essa incitação ao saber deve conduzi-lo à verdade (Lacan, 1968-1969/2008, p. 335).

Cabe ao analista, como vimos, ser o suporte do sujeito suposto saber. Entretanto, ele sabe que esse sujeito suposto saber não existe, que não há um sujeito que detenha um saber, nem mesmo um Outro onisciente em que o saber esteja assegurado. A produção de saber depende, assim, da incitação promovida pelo analista, sendo por meio de seu ato que poderá ser formada uma rede articulada de significantes que conduzirá à verdade. Ao final dessa operação, o analista torna-se remanescente, já que dele não é mais requerido um saber. Em suma,

o final da análise consiste na queda do sujeito suposto saber (...). Aquele que, fantasmaticamente, joga a partida com o psicanalisando como sujeito suposto saber, a saber, o analista, é aquele (o analista) que vem, ao termo da análise, a suportar não ser nada mais que este resto. Este resto da coisa sabida que se chama objeto “a”. É ao redor disso que deve incidir nossa questão (Lacan, 1967-1968/2001, p. 89-90).

Lacan nos diz que o analista deve “suportar não ser mais que este resto”. Por quê? Porque, se ele passou por uma análise, e, portanto, pela experiência da castração, testemunhou a incompletude do campo simbólico, entendendo apenas como operar visando um efeito de verdade. Ao final de uma análise, o sujeito suposto saber, sustentado pelo analista que se transforma em resíduo desta operação analítica sobre o saber, reduz-se ao objeto a:

O analisando vindo ao fim da análise no ato (se há um) que o leva a tornar-se o psicanalista, não precisamos ver que ele só opera essa passagem no ato que remete ao seu lugar o sujeito suposto saber? Vemos agora onde está este lugar, porque ele pode ser ocupado, mas só será ocupado na medida em que este sujeito suposto saber se reduza a este termo (em que aquele que até ali o garantiu por seu ato, a saber, o psicanalista, tornou-se este resíduo), o objeto “a”. Aquele que no fim de uma análise didática aceita, se posso dizer, o desafio desse ato, não podemos omitir que é sabendo o que seu analista se tornou na efetuação desse ato, a saber, este resíduo, este dejetivo, esta coisa rejeitada. Ao restaurar o sujeito suposto saber, ao retomar, ele mesmo, a tocha do analista, é impossível que ele não instale, ainda que sem perceber, que ele não instale o “a” no nível do sujeito suposto saber (Lacan, 1967-1968/2001, p. 90).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficam estabelecidas, assim, as balizas necessárias para que o analisando passe ao lugar de analista. Retomando a consideração de Miller (1995) no início deste subcapítulo, “a entrada em análise não se articula sem a conclusão da cura, e a conclusão da cura, sem a entrada em análise” (p. 27). O analisando, portanto, só poderá vir a ocupar o lugar do sujeito suposto saber, enquanto analista para seus analisandos, após chegar ao final de sua própria análise e nela deparar-se com a falência desse mesmo mecanismo.

É a constatação de que o analista resta como coisa rejeitada de uma operação que tem por especificidade essa retroação lógica. É o final que habilita um começo. Nesse sentido, podemos deduzir que instalar “o ‘a’ no nível do sujeito suposto saber” seria uma definição possível para a castração. Se o neurótico testemunha a incompletude do campo simbólico, pelas tentativas fracassadas de responder às demandas do Outro, é o analista, por ter passado em análise pela experiência com a inconsistência da linguagem e estar advertido dela, que poderá operar sobre a demanda visando introduzir o sujeito na ordem do desejo (Lacan, 1964-1965/2006).

REFERÊNCIAS

- Freud, S. (1996a). Estudos sobre a histeria. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. II). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1895).
- Freud, S. (1996b). Fragmento da análise de um caso de histeria. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1905).
- Freud, S. (1996c). Cinco lições de psicanálise. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XI). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1910).
- Freud, S. (1996d). A dinâmica da transferência. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1912).
- Freud, S. (1996e). Sobre o início do tratamento (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (1996f). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXVII: Transferência. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVI). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1917).
- Freud, S. (1996g). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXVIII: Terapia analítica. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVI). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1917).
- Freud, S. (1996h). Um estudo autobiográfico. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XX). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1925).
- Freud, S. (1996i). Análise terminável e interminável. In Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1937).

- Koyré, A. (1982). *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Lacan, J. *O Seminário, livro 13. L'objet...* Recuperado em 7 de dezembro de 2021 de: <http://staferla.free.fr/S13/S13%20L'OBJET.pdf>. Seminário inédito. Seminário ocorreu em 1965-1966.
- Lacan, J. (1975). *Conferência em Genebra sobre o sintoma*. Recuperado em 7 de dezembro de 2021 de: <https://www.lacanerafreudiana.com.ar/2.5.1.25%20%20%20%20CONFERENCIA%20EN%20GINEBRA%20SOBRE%20EL%20SINTOMA,%201975.pdf>.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 1. Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Seminário ocorreu em 1953-1954.
- Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Seminário ocorreu em 1964.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 8. A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar. Seminário ocorreu em 1960-1961.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17. O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Seminário ocorreu em 1969-1970.
- Lacan, J. (1995). *O Seminário livro 4. A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar. Seminário ocorreu em 1956-1957.
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 496-536. Publicado originalmente em 1957.
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 807-842. Publicado originalmente em 1960.
- Lacan, J. (1998). Do sujeito enfim em questão. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 229-237. Publicado originalmente em 1966.
- Lacan, J. (2001). *O Seminário, livro 15. O ato analítico*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Seminário inédito. Seminário ocorreu em 1967-1968.
- Lacan, J. (2001). *O Seminário, livro 19. O saber do psicanalista*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. Seminário inédito. Seminário ocorreu em 1971-1972.
- Lacan, J. (2003). O aturdido. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 448-497. Publicado originalmente em 1973.

- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10*. A angústia. Rio de Janeiro: Zahar. Seminário ocorreu em 1962-1963.
- Lacan, J. (2006). *O Seminário, livro 12*. Problemas cruciais para a psicanálise. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. Seminário inédito. Seminário ocorreu em 1964-1965.
- Lacan, J. (2006). *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Publicado originalmente em 1967.
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 14*. A lógica do fantasma. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. Seminário inédito. Seminário ocorreu em 1966-1967.
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 16*. De um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Seminário ocorreu em 1968-1969.
- Lacan, J. (2017). *O Seminário livro 2*. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Seminário ocorreu em 1954-1955.
- Lacan, J. (2017). *O Seminário livro 3*. As psicoses. Rio de Janeiro: Zahar. Seminário ocorreu em 1955-1956.
- Miller, J.-A. (1995). *A lógica na direção da cura* - Elaboraões sobre o Seminário IV de Jacques Lacan, A Relação de Objeto. Belo Horizonte: O Lutador.
- Platão. (2011). *Συμπόσιον* = O Banquete. Belém: Ufpa. Original de 380 a.C.
- Soler, C. (2014). *El fin y las finalidades del análisis*. Buenos Aires: Letra Viva.